



**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL:
ORGANIZAÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR**

Belo Horizonte

2011

ALICE MAGALHÃES SALOMÉ

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: ORGANIZAÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a. Patrícia Chaves de Carvalho

Belo Horizonte

2011

ALICE MAGALHÃES SALOMÉ

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: ORGANIZAÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a. Patrícia Chaves de Carvalho (orientadora) – UFMG

Prof. Hormindo Pereira de Souza Junior. – UFMG

Belo Horizonte, 28 de julho de 2011.

Agradeço a Deus, aos professores de toda uma vida, a Prof^a. Patrícia Chaves, pela atenção e orientações que me permitiram chegar até aqui; a todos que exercem seu papel e fazem a diferença na Educação.

“Um dia quando encerrar a peça da existência no pequeno palco de um túmulo diante de uma plateia em lágrimas, não quero que digam que ali jaz um homem famoso ou inteligente, mas um ser humano que aprendeu um pouco a vender sonhos para uma sociedade que deixou de sonhar.”

Augusto Cury

RESUMO

Este trabalho analisa, de forma breve, a implementação da proposta de educação em tempo integral na Escola Municipal Artur Trindade. Aponta as dificuldades e os desafios da gestão frente esta nova organização e enfatiza a necessidade de uma integração corporativa e do planejamento coletivo para o sucesso do projeto educacional de tempo pedagógico integral.

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	DESENVOLVIMENTO.....	10
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
4	REFERÊNCIAS.....	16
5	ANEXO.....	17

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Arthur Trindade

1- Introdução

A Escola Municipal Artur Trindade (EMAT), bem como grande parte das escolas da Rede Municipal de Betim, está em processo de adaptação e organização pelo o exercício da educação integral. Para implantação desta nova realidade educacional, foi elaborado o Programa “Escola da Gente” que traz a perspectiva teórica e técnica do Programa Federal “Mais Educação” que proporciona, às escolas inscritas, condições de atendimento em tempo integral.

Além da orientação de oficinas e práticas, há recursos financeiros oferecidos pelo MEC para subsidiar cada escola na prática pedagógica, esportiva e cultural no período de, no caso de Betim, 10 horas diárias. Desta forma, o Programa Escola da Gente, juntamente com a Secretaria, encaminha para as escolas, recursos e sugestões de ações que venham a colaborar com as oficinas.

De acordo com as orientações da Secretaria, as atividades propostas no horário em tempo integral, que tem como objetivo maior a formação plena do aluno, são distribuídas em dois blocos: as disciplinas expostas e documentadas em uma grade curricular, que seguem um padrão nacional e regional de Educação e as atividades de esporte, cultura e lazer, assim como as pedagógicas (as que chamamos de reforço e auxílio escola, Português e Matemática) que são realizadas no contraturno, como atividades extracurriculares. Desta forma, juntos e complementares, adequando e respeitando a realidade integral do indivíduo, do grupo e da comunidade, promovem o enriquecimento e expansão desta formação.

A Lei 9394/96 já apontava a necessidade do exercício da escola em tempo integral, no Título V, Capítulo II, Seção III – Do Ensino Fundamental.

Art.34 A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola (...).

§ 2. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Com o objetivo de atender a esta lei, a educação integral foi constituída na Rede Municipal de Betim. Segundo Anísio Teixeira,

Não se pode conseguir uma formação com uma escola por sessões, com os curtos períodos letivos que hoje tem a escola brasileira. Precisamos restituir-lhe o dia integral, enriquecer o programa com atividades práticas, dar-lhe amplas oportunidades de formação de hábitos de vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade, com toda gama de atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte. (Educação não é privilégio, 1953).

A implantação do Programa na escola Artur Trindade levantou questões sérias e complexas. Uma delas foi a necessidade de integrar as atividades do Programa Escola da Gente ao currículo da escola, como aponta o PPP: "...É urgente integrar as atividades do Programa ao currículo da escola, dada a importância de ambos para a formação plena dos educandos..." (pg. 10)

Acreditamos que o PPP, objeto que norteia as práticas didático-pedagógicas (entre outras), ao contemplar esta nova ordem e suas particularidades, pode ajudar a alcançar a organização necessária e, assim, promover o êxito e sucesso da Educação Integral. Segundo as autoras,

A partir da elaboração do seu plano político pedagógico, cada escola desenvolve capacidade de gestão, familiarizando-se com as dificuldades administrativas de estabelecer prioridades e cronogramas, traçar metas e avaliar resultados, estabelecendo com o nível central um diálogo responsável. (COELHO, Lúcia e CAVALIERE, Ana Maria, 2002).

Este trabalho buscou levantar algumas dúvidas, identificar dificuldades, clarear e propor alternativas que possam favorecer a educação em tempo integral.

Na implantação do Programa Escola da Gente, as escolas cadastradas no “Mais Educação” receberam recursos financeiros do MEC e a Secretaria de Educação ficou responsável pela orientação inicial das atividades nestas escolas. Neste início, havia a participação de universitários, contratados como estagiários para realizar as atividades no contraturno, dois voluntários da comunidade e um gestor que deveria interagir junto à equipe gestora da escola.

Em meados de setembro de 2009, a Escola Municipal Artur Trindade iniciou o trabalho de educação em tempo integral, atendendo educandos e oferecendo atividades de letramento, futsal, taekwon-do, natação, informática, inglês, espanhol, orientação sexual (para os alunos dos 3º e 4º Ciclos), no contraturno. Os alunos permaneciam na escola durante 10 horas, tomavam café da manhã, almoçavam e ficavam até o lanche da tarde. Além da alimentação, percorriam trajetos pelo bairro para chegar ao espaço destinado às atividades extracurriculares, acompanhados por monitores e sob a responsabilidade da escola. Logo, chegavam à escola, às 7 horas e só retornavam a suas casas, às 17 horas.

As atividades estavam organizadas da seguinte forma: no primeiro turno, as crianças de 6 a 9 anos, após tomar café, se encaminhavam para atividades regulares e as outras, de 9 a 14 anos, também depois do café, partiam para o espaço destinado as atividades extracurriculares, até as 11 horas. De 11 horas às 13 horas, os alunos almoçavam e tinham seu período de higiene pessoal e descanso. De 13 horas às 17 horas, as crianças que já haviam participado das atividades regulares iam para as atividades extracurriculares e as demais, desenvolveriam as atividades regulares. Nestes dois momentos de atividades, tanto regulares quanto extracurriculares, nos períodos matutino e vespertino, havia o intervalo para lanche.

Desde que este movimento começou, houve uma maior concentração de crianças e adolescentes no espaço escolar, provocando novas situações de

intervenções pedagógicas e reflexões sobre as práticas costumeiras, mostrando a necessidade de se repensar e propor mudanças que atendessem a escola, contemplando o período integral em exercício. Segundo COELHO e CAVALIERE,

A organização do tempo, do espaço e dos recursos na escola de tempo integral deve garantir, num turno de 8 à 9 horas diárias, um equilíbrio entre diferentes tipos de atividades, deslocamentos e tempos livres que propiciem um clima de bem estar e colaboração e que favoreça o bom aproveitamento escolar. A permanência por tão longo período num mesmo ambiente obriga o enfrentamento de problemas que, nas escolas de tempo parcial, são muitas vezes resolvidos, simplesmente com a “hora da saída”. (2002).

A educação em tempo integral provocou uma mudança em todo o contexto escolar. As consequências desta, no período dito regular, com a reorganização de funções, práticas e horários na instituição e em seu corpo de educadores para atender e fazer acontecer a carga horária de educação integral, provocou a sensação de desordem, de imposição sem orientação prévia, desarmonia, conflito, dúvida, indignação. Diante do novo e desconhecido, a escola se viu desorganizada, internamente, além de pouco segura das práticas que poderiam ser favoráveis ao desenvolvimento qualitativo da educação integral. Estava colocado um processo, que buscava a formação plena do educando, demandando novas concepções e procedimentos no cotidiano escolar.

Diversas situações provocaram reflexões e questionamentos. Os atores da escola insistiam em permanecer com a mesma postura (antes da prática da educação em tempo integral), provocando desencontros e desequilíbrios no cotidiano. A falta de planejamentos e propostas embasadas em experiências já vividas por outras escolas, a ausência de documentos internos na instituição escolar que contemplassem a prática, e as dificuldades de vivenciar o sentimento de pertencimento e comprometimento desta prática se constituíam em outros elementos complicadores. Estava colocado um processo, que buscava a formação plena do educando, demandando novas concepções e procedimentos no cotidiano escolar.

Para minimizar o desafio de redirecionar as práticas pedagógicas e administrativas da escola, o uso de um documento para a orientação desse

procedimento poderia ser eficaz. COELHO E CAVALIERE apontam o PPP como um dos instrumentos que poderiam desenvolver a capacidade de gestão...

A partir da elaboração do seu plano político pedagógico, cada escola desenvolve capacidade de gestão, familiarizando-se com as dificuldades administrativas de estabelecer prioridades e cronogramas, traçar metas e avaliar resultados, estabelecendo com o nível central um diálogo responsável. (2002).

O Projeto Político Pedagógico garante a especificidade da escola e valida o que foi promulgado pelo coletivo. Este seria um recurso para nortear as práticas e os procedimentos, orientando os professores, promovendo a interação dos membros da comunidade escolar à nova realidade, provocando um movimento para garantir a continuidade do exercício educacional em tempo integral, usando assim os meios para, de forma autônoma, buscar orientação e resolução dos problemas da instituição. É necessário e fundamental o trabalho em equipe, de forma democrática, com a participação de todos os envolvidos, para discutir e garantir a organização possível e adequada à situação. Quando há o exercício coletivo, há maior probabilidade de alcançar objetivos e enfrentar as necessidades. OLIVEIRA completa:

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (Oliveira, s.d.).

A gestão escolar deve usar os instrumentos formalizados que a escola dispõe para documentar e assegurar o cumprimento do que foi decidido, embasada numa prática democrática. Por exemplo, discriminação feita em Conselho, definições discutidas e registradas em ata; acertadas, assinadas e

“acabadas” (sem deixar de adequar, renovar, atualizar sempre que necessário) em colegiado. Contemplando o Regimento Escolar e o PPP, logo haverá subsídios para a gestão ter autonomia e movimentar todo grupo de educadores para uma atividade favorável à formação plena do educando, garantindo, então, possibilidade e caminhos para a qualidade educacional de tempo integral sob uma gestão democrática.

3 - Considerações finais

A educação em tempo integral demanda um olhar constantemente atento, disposto a discutir os problemas, a escutar, a estudar e a reconhecer práticas já vividas em outros ambientes. Todo processo novo deve considerar

as experiências diversas, anteriormente vividas, em situações similares, além de respaldar-se por um embasamento teórico.

A realidade apresentada pela Escola Municipal Artur Trindade, na prática escolar do tempo integral, mostrou a necessidade e a importância de organização e planejamento deste processo.

Uma escola que funcione em tempo integral não pode ser apenas uma escola de dupla jornada, com repetição de tarefas e metodologias. Se assim o for, estaremos decretando a falência dessa concepção de ensino. Ao defendermos o tempo integral, fazemo-lo a partir também de uma concepção de educação que se fundamenta na formação integral do ser humano, onde todas as suas dimensões sejam enaltecidas; que se alicerça em atividades variadas, incluindo esportes, cultura, trabalho, artes em geral; que experimenta metodologias diversas, e ocupa todos os espaços existentes no ambiente escolar. (COELHO, Ligia e CAVALIERE, Ana Maria 2002).

Diante de desafios desta nova organização do tempo escolar é necessária a mobilização de todos na busca de soluções. Cabe à equipe gestora a responsabilidade de gerir os recursos para que eles possam atender os objetivos do trabalho proposto, de promover o exercício da escuta, da busca de soluções, do equilíbrio deste processo e de orientar e nortear o grupo, além de dedicar atenção diária para a proposta alcançar e atender a educandos, educadores, família e comunidade.

Em relação ao tempo, vimos que é preciso organizá-lo para que estas 10 horas diárias estejam bem dinamizadas (as horas de aprendizado conforme a grade curricular, o tempo do descanso, da higiene, alimentação e das atividades de esporte, cultura e lazer). Esta organização depende também dos espaços que serão utilizados, que devem ser determinados e destinados a estas atividades. Regras devem ser combinadas e postas em prática para o deslocamento com as crianças e adolescentes pela comunidade. E, nestas tarefas, o pessoal envolvido deve se responsabilizar, cada profissional com sua função previamente determinada, sempre em constante integração.

Os atores desta comunidade escolar, coordenados por uma gestão democrática, devem reunir, discutir, organizar e documentar a prática de educação integral, reorganizando o PPP e integrando as atividades do Programa Escola da Gente à grade curricular da escola. Quando este estiver

concretizado, contemplando, de fato, toda a realidade e necessidade da prática educacional, todos, principalmente gestores, terão subsídios para entender e propiciar a progressão e sucesso da Educação Integral.

A gestão deve seguir cumprindo procedimentos internos que permitam o desenrolar da prática educacional, para que, num dado momento que necessitar buscar recursos externos, já se tenham esgotadas todas as condições de ação gestora da instituição. Possivelmente, as dificuldades apresentadas na implementação do Programa Escola da Gente na EMAT se devem às lacunas deixadas, conforme aspectos apresentados neste trabalho.

4 - Referências Bibliográficas

DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Brasília: MEC, 2010.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Brasília: Casa Civil, 20 de dezembro de 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira. A construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola. s.l, s.d. Brasília, 2005

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio, 5ªed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994

COELHO, Lígia & CAVALIERE, Ana Maria. Educação brasileira e(m) tempo integral, Petrópolis: Vozes, 2002.

REGIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BETIM, Betim, 2001.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - ESCOLA MUNICIPAL ARTUR TRINDADE, Betim, 2011

5 - Anexo

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Arthur Trindade

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ALICE MAGALHÃES SALOMÉ
EDILAINE APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA
GABRIELA LELES COSTA

BETIM, JUNHO DE 2011.

**PROJETO
POLÍTICO
PEDAGÓGICO
DA ESCOLA
MUNICIPAL
ARTHUR
TRINDADE**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	A ESCOLA.....	5
3	MISSÃO DA EMAT.....	7
4	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
5	CURRÍCULO.....	9
6	TEMPO ESCOLAR.....	11
7	PROCESSO DE DECISÃO.....	12
8	RELAÇÃO DE TRABALHO.....	14
9	AVALIAÇÃO.....	16
10	REFERÊNCIAS.....	18

1- INTRODUÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Arthur Trindade vem explicitar os anseios e finalidades desta instituição de ensino, dentro de uma sociedade e de um contexto histórico, perante as demandas de sua realidade.

Trata-se de um trabalho coletivo que se norteia nos princípios da democracia e do respeito às diferenças, em que se configura tal construção. É difícil, por vezes, articular interesses tão diferentes, mas ao se pautar em uma gestão democrática, o consenso se torna natural – dissenso e consenso são atos muito divergentes e constitutivos do processo de elaboração de um projeto político pedagógico da escola.

O Projeto Político pedagógico é o momento de sistematizar ações, vontades, histórias... É a hora de colocar no papel a caminhada e o modo de caminhar, mas não o destino final, pois é um documento dinâmico e inacabado que deve ser avaliado e reconstruído, pelo menos, a cada 3 (três) anos, após a data de sua elaboração, pois educação não se faz no imediatismo, mas sim, em um processo longínquo; portanto

o PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (Oliveira, s.d.).

2 - A ESCOLA

A Escola Municipal Arthur Trindade surgiu em 1987, como anexo da Escola Municipal Sebastiana Diniz Mattos Cardoso (Imbiruçu), em apenas duas salas de aula. Daí nasceu a nova escola, criada pela Lei Municipal 1877/89 de 10/07/89, tornando-se autônoma pela Portaria nº 696/91 de 19/10/91.

O prédio, localizado à Rua Bahia, nº 174, Vila Universal em Betim, Minas Gerais, recebeu ampliação significativa que pode considerar a data de 16/11/90 como o dia da inauguração da escola. Nesta reforma, recebeu mais 05 (cinco) salas de aula, totalizando 07 (sete) em estilo pré-fabricado. Em 1996, o prédio foi reconstruído e entregue à comunidade em 10/05/96.

Hoje, em novo endereço, situada à Rua Paraná, nº 69, Vila Universal, e conhecida carinhosamente como EMAT, atende a 850 alunos, crianças e adolescentes de 06 a 14 anos de idade, ministrando a segunda etapa da Educação Básica, ou seja, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, em dois turnos (vespertino e matutino).

Além da escola regular, a EMAT tem um programa de Educação de Tempo Integral, conhecido no município de Betim como Escola da Gente que visa atender a 225 alunos no total, com atividades esportistas e de letramento, no contraturno, em um sítio próximo ao prédio da escola. A escola também participa do Programa Escola Aberta que visa estreitar os laços com a comunidade, estimulando-a a se sentir parte da instituição através de oficinas de artesanato e de lazer, nos finais de semana.

A escola tem aproximadamente 90 funcionários e mais 15 monitores que trabalham exclusivamente no Programa Escola da Gente. Dentre os funcionários da EMAT, estão a diretora, 02 vice-diretores, 01 tesoureira, 01 secretária, 05 pedagogos, 04 técnicos de biblioteca, 05 técnicos de secretaria, 42 professores e 14 agentes de serviços escolares, sendo 9 em desvio de função.

O prédio da escola é composto por 02 andares, sendo que no 1º andar localiza-se a área administrativa, pedagógica, sala de vídeo, biblioteca, banheiros de alunos e funcionários, sala de informática, sala dos professores, 02 quadras (sendo uma coberta e a outra descoberta), cantina, refeitório e 02 salas de aula. E, no 2º andar, localizam-se 13 salas de aula. A estrutura física da escola não está totalmente adequada para receber alunos portadores de necessidades especiais, uma vez que não temos rampas e banheiros adaptados para os mesmos.

3 - MISSÃO DA EMAT

A EMAT tem como missão a formação plena dos educandos, para que estes, enquanto sujeitos de sua própria história, sejam capazes de intervir na realidade social, através de uma cultura de paz, tornando esta realidade mais fraterna e mais justa, uma vez que concebemos a educação como um

... direito de todos e dever do Estado e da família, [que] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988).

Diante do exposto, elencamos as metas que devemos percorrer para alcançar, nossa missão dentro da perspectiva da Constituição Federal:

- Estimular uma escola que seja um espaço acolhedor e de aprendizagem significativa;
- Fortalecer a identidade da escola diante da comunidade interna e externa;
- Permitir uma integração da escola com seu contexto, fortalecendo sua autonomia;
- Garantir um espaço de trabalho acolhedor e criativo;
- Garantir espaços de participação e decisão da comunidade;
- Promover estratégias de ação compartilhada;
- Estimular o compromisso individual e coletivo no cotidiano da escola;
- Elevar o desempenho acadêmico dos educandos;
- Coordenar adequadamente os planos de estudo e as estratégias de ensino-aprendizagem;
- Promover novas competências por meio da formação em serviço articulada ao projeto pedagógico e às demandas dos profissionais;
- Adotar estratégias de ensino diferenciadas, inovadoras e criativas.

4- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organograma acima é somente para efeito de visualização da estrutura organizacional da escola, não devendo ser considerado como algo estático e que não permita a cooperação e colaboração entre as partes.

Devemos ressaltar que escola é um ambiente dinâmico e que a imagem de elos de corrente são mais propícias, uma vez que nos remetem ao sentido de união e de colaboração entre os pares.

5 - CURRÍCULO

O planejamento curricular prevê os conteúdos da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, explicitada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, além de estar em consonância com a Portaria nº001/10 da Secretaria Municipal de Educação, que normatiza:

CICLO	ANO	DISCIPLINAS								
		Língua Portuguesa	Matemática	Geografia	História	Ciências	Educação Física	Ensino Religioso	Inglês	Artes
1º	1º	x	X	X	x	x	x	x		x
	2º	x	X	X	x	x	x	x		x
	3º	x	X	X	x	x	x	x		x
2º	4º	x	X	X	x	x	x	x		x
	5º	x	X	X	x	x	x	x		x
* 3º	6º	x	X	X	x	x	x	x	x	x
	7º	x	X	X	x	x	x	x	x	x
*4º	8º	x	X	X	x	x	x	x	x	x
	9º	x	X	X	x	x	x	x	x	x

*Nos 3º e 4º Ciclos, as disciplinas Língua Portuguesa e Matemática têm 03 (três) aulas semanais e as demais têm 02 (duas) aulas semanais.

O trabalho pedagógico é prioritariamente voltado para a aprendizagem do educando. Sendo assim, o educando é visto com sujeito ativo importante do processo ensino-aprendizagem e o professor, como agente facilitador deste processo. Ou seja,

o bom ensino é aquele que incentiva o aparecimento de novas formas de pensar, sentir e perceber o real, permitindo aos alunos acesso a novos níveis de aprendizagem. Um ensino adequadamente organizado “puxa para a frente” o desenvolvimento dos alunos, promovendo-o ao assimilar esse conceito, o professor sabe que vale a pena investir no crescimento intelectual de seus alunos, dando-lhes ajudas diferenciadas, de modo que eles passem a fazer sozinhos aquilo que antes só faziam com o auxílio do docente. (PROGESTÃO, 2001).

O currículo utilizado pelos docentes da EMAT é o mesmo estabelecido pela Rede Municipal de Betim, Matriz Básica do Referencial Curricular de Betim, 2010, uma vez que foi construído com a participação dos docentes da Rede, prescrito em forma de eixos e habilidades. Há, ainda, os Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Saúde, Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente e Orientação Sexual – dados, também, como referenciais.

Sabemos que currículo não é um documento acabado, ao contrário, deve estar sempre atrelado às mudanças históricas e, principalmente, no contínuo processo de ação-reflexão-ação em consonância com os tipos de avaliação aplicados.

Em anexo ao documento, segue a Matriz Básica do Referencial Curricular de Betim.

O Programa Escola da Gente atende a 250 alunos no total no contraturno desenvolve atividades de letramento, futsal, taekwondo, natação, informática, inglês, espanhol, orientação sexual (para os alunos dos 3º e 4º Ciclos). Cada monitor desenvolve a atividade com cerca de 25 alunos. É urgente integrar as atividades do Programa ao currículo da escola, dada a importância de ambos para a formação plena dos educandos.

6 - TEMPO ESCOLAR

A EMAT organiza-se em 04 (quatro) Ciclos, ou seja, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, sendo os 1º e 2º Ciclos no horário matutino, e os 3º e 4º Ciclos no horário vespertino.

A organização em ciclos prevê corrigir as distorções entre idade/série, uma vez que a retenção poderá ocorrer, baseada na porcentagem estabelecida pela Secretaria Municipal de Betim, ao final de cada ciclo.

A EMAT também respeita e cumpre o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere ao calendário letivo que normatiza

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver...

A carga horária anual é distribuída da seguinte forma:

- 1º e 2º Ciclos: 04 horas diárias de efetivo trabalho pedagógico;
- 3º e 4º Ciclos: 04 horas e 10 minutos de efetivo trabalho pedagógico;
- 20 minutos de recreio para todos os Ciclos.

Para os educandos que participam do Programa Escola da Gente, o seu tempo com as atividades é maior, cerca de 08 horas diárias, uma vez que almoçam na escola e desenvolvem as atividades complementares em um sítio próximo à escola.

O trabalho pedagógico é planejado em 03 (três) etapas ao longo do ano letivo. Nestas etapas, estão previstas atividades em sala, atividades para casa, trabalhos de campo, atividades extraclasse, pesquisa, exposição de trabalhos, avaliações escritas e orais.

7 - PROCESSO DE DECISÃO

O processo de decisão está pautado, prioritariamente, na gestão democrática através da participação dos atores envolvidos no processo. Além disso, a eleição direta, seja para escolha de diretores, representante sindical, representante de classe dos educandos e Colegiado Escolar, é uma excelente forma de exercer esta tomada de decisão coletiva.

Sabemos das dificuldades que assolam a gestão democrática nas escolas, mas ela deve ser o princípio fundante de qualquer gestão, até mesmo a gestão da sala de aula pelo professor, uma vez que incentiva o exercício da cidadania, respeita as diferenças e lida com a dimensão política do ato de educar e de aprender.

De acordo com o texto da CONAE:

No processo de construção da gestão democrática da educação, alguns aspectos são imprescindíveis: a autonomia didático-científica, administrativa, pedagógica e de gestão financeira, a representatividade social e a formação da cidadania. É preciso compreender, inicialmente, que a gestão democrática da educação não constitui um fim em si mesma, mas um importante instrumento do processo de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades socioeconômicas. Ela deve contribuir para que as instituições educacionais, articuladas com outras organizações, participem da construção de uma sociedade fundada na justiça social, na igualdade, na democracia e na ética.

O Colegiado Escolar é um órgão que merece destaque neste sentido, devido ao seu caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade de ensino, respeitadas as normas legais. Essas ações deliberativas e consultivas devem estar voltadas para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, razão máxima de ser da escola.

O Colegiado será composto pelo diretor(a) da escola e também pelos representantes dos segmentos, isto é, professores, setor técnico, agentes de serviços escolares, pais e alunos. A proporcionalidade da representação dos segmentos deverá seguir as orientações mencionadas em Portarias ou Normativas enviadas pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação), oportunamente.

Para estimular a participação da família na escola, foi instituída, desde 2002, a “Escola de Pais”, que, a partir de 2010, e sob eleição para a mudança do nome, passou a ser chamada de “Família na Escola”. A mudança do nome não é apenas estética, mas prevê a ampliação e a abrangência dos pais na família, respeitando as novas configurações familiares. O núcleo “Família na Escola” tem como objetivo estreitar os laços entre família e escola, não apenas para discutir sobre questões estritamente pedagógicas, mas também questões de interesses das famílias, como: saúde da mulher, direitos do consumidor, relação pais e filhos. É um momento em que se prioriza a verbalização das famílias, a escuta destas pela escola. Esses encontros deverão acontecer bimestralmente e sempre considerar os interesses do público.

8 - RELAÇÃO DE TRABALHO

A relação de trabalho é pautada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão e no respeito às diferenças. A escola, antes de ser um ambiente profissional é, por excelência, um espaço de formação. A gestão democrática orienta as tomadas de decisão, assim como o cotidiano escolar.

É dever do profissional da instituição de ensino conhecer seus direitos e deveres, enquanto servidor público, na legislação pertinente. Mas sempre que necessário, é importante consultar a legislação “*Estatuto do Magistério do Servidor Municipal de Betim*” e o “*Regimento da Rede Municipal de Ensino de Betim*”. Neste último, estão explicitadas as competências de cada segmento. Como vemos no Título 3, da Organização Administrativa, observemos algumas competências, a seguir:

Artigo 8º-É função específica do diretor ser o articulador político, pedagógico e administrativo da escola;

Artigo 9º- Compete ao Diretor:

(...)

VIII – Empenhar-se em promover a integração da escola com a comunidade através da mútua cooperação, respeito mútuo e solidariedade entre seus membros.

Ainda segundo o Regimento,

Artigo 118 – Constituem ainda deveres do corpo docente, técnico e administrativo:

I. Assiduidade;

II. Pontualidade;

III. Disciplina;

IV. Urbanidade;

(...)

Diante do exposto, vemos que o gestor é um motivador, um articulador, por isso cabe à equipe gestora motivar os profissionais da escola na consecução das metas explicitadas neste Projeto Político Pedagógico, enaltecendo a importância de cada profissional para o sucesso do educando e da escola.

9 - AVALIAÇÃO

A avaliação é um momento frutífero para redimensionar o caminhar da escola. Temos que concebê-la em duas dimensões:

a) Avaliação do processo de aprendizagem:

É processual e formativa, deverá ser obtida através das mais variadas formas, desde avaliações somativas, trabalhos, exposições, seminários, pesquisas, conceitos, atitudes e valores. Deve ser explicitada através de conceitos/porcentagens e informada aos educandos e à família constantemente, através de registros escritos (boletins).

b) Avaliação da escola:

Deve envolver os atores da escola (gestores, profissionais, famílias e educandos), tendo como referência as finalidades que a escola se propôs neste Projeto – é o estreitamento entre o ideal e o real.

De acordo com o texto Progestão, concordamos que

a avaliação é mesmo um poderoso instrumento a serviço da qualidade do ensino. Se conseguimos identificar o que os alunos sabem e deixam de saber, estamos em condição de repensar a capacitação docente, modificar os métodos do ensino que empregamos, centrar nossos esforços naquilo que demonstrou ser mais difícil de aprender. Uma escola que faz diferença não tem medo de avaliação, porque ela é parceira do bom ensino. Quando conhecemos os problemas, eles podem ser enfrentados. Nessa medida, conforme apregoa o sociointeracionismo, a avaliação busca, essencialmente, acompanhar o processo de ensino-aprendizagem para poder aprimorá-lo. (2001).

Diante do exposto, reiteramos a concepção da avaliação como instrumento vital para redimensionar o fazer pedagógico e escolar. Dessa maneira, a aprovação de todos os educandos é parte do processo de um objetivo real que iremos percorrer, pois atualmente a retenção dos educandos é feita ao final de cada ciclo respeitando, a Portaria nº 03/07, da Secretaria Municipal de Educação de Betim, que estabelece ao final de cada ciclo a porcentagem possível para retenção, considerando o total do número de alunos daquele ano do ciclo, seja: 1º e 2º Ciclos: 15% ; 3º Ciclo: 10%; e, 4º Ciclo: 5%.

Enfatizamos que desejamos a aprovação dos educandos ao final de cada ciclo com as respectivas habilidades construídas para o seu ciclo. Portanto acreditamos ser possível promover uma verdadeira educação de qualidade.

10 - REFERÊNCIAS

BETIM, Secretaria Municipal de Educação. Matriz Básica do Referencial Curricular de Betim. Betim: Secretaria Municipal de Educação, 2009.
www.betim.mg.gov.br – Acesso em: 25/04/11.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.

DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Brasília: MEC, 2010.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Brasília: Casa Civil, 20 de dezembro de 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira. A construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola. s.l, s.d. Brasília, 2005

PROGESTÃO. Como promover a construção coletiva do projeto político pedagógico? Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretarias de Educação, 2001.

_____ . Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e a sua permanência na escola? Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretarias de Educação, 2001.

REGIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BETIM, 2001, p. 15- 28.